

# Da crise do capital aos movimentos sociais contemporâneos: entrevista com Maria Orlanda Pinassi

---

*Frederico Daia Firmiano*

Mestre e doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, FCLAr/Unesp; Professor Assistente (licenciado) da Fundação de Ensino Superior de Passos/Universidade do Estado de Minas Gerais, Fesp/Uemg; bolsista CAPES.

## Resumo

Para Maria Orlanda Pinassi vivemos um momento de profunda crise de humanidade. Mas, antes de indicar um futuro trágico, a pesquisadora aponta para a necessidade de constituição política de um movimento de superação da lógica destrutiva do capital. Em entrevista, a professora do Departamento de Sociologia da Unesp/Araraquara nos fala sobre as condições e possibilidades de superação da ordem burguesa no atual estágio do desenvolvimento capitalista.

**Palavras-chave:** crise estrutural do capital; América Latina; movimentos sociais

## Abstract

Maria Orlanda Pinassi to live a moment of profound crisis of humanity. But, before indicating a tragic future, the researcher points to the need for political constitution of a movement to overcome the destructive logic of capital. In an interview, the teacher of Sociology Department of Unesp / Araraquara tells us about the conditions and possibilities for overcoming the bourgeois order in the current stage of capitalist development.

**Keywords:** capital's structural crisis; Latin America; social movements

## Resumen

María Orlanda Pinassi dice vivir un momento de profunda crisis de la humanidad. Pero, antes de indicar un futuro trágico, indica a la necesidad de una constitución política de un movimiento para superar la lógica destructiva del capital. En una entrevista, la maestra del Departamento de Sociología de la Unesp / Araraquara nos habla de las condiciones y posibilidades para superar el orden burgués en la etapa actual del desarrollo capitalista.

**Palavras clave:** crisis estructural del capital; America Latina; movimientos sociales

Quem toma como ponto de chegada a tese defendida por Maria Orlanda Pinassi de que vivemos um “...tempo muito difícil, pois estamos diante de um quadro desconcertantemente avassalador”, certamente incorre no erro de se achar diante de um estilo de pensamento “trágico”, no sentido em que Eduardo Grüner atribuiu às formulações de Theodor W. Adorno, ausentes de reconciliação ou “sem resolução final” do confronto<sup>1</sup>. Isso, pois no horizonte da professora, o ponto de chegada é do sistema capitalista, “...cujos problemas e contradições, até então considerados relativos e transitórios, encontra seus limites absolutos, crônicos e inexoráveis”<sup>2</sup>.

Gentil e pacientemente, a Professora Livre-Docente do Departamento de Sociologia, da Universidade Estadual Paulista, campus de Araraquara, especialista em teoria marxiana e marxista contemporânea, recebeu-nos em sua sala, na universidade citada, e nos concedeu a entrevista que segue.

Falou-nos sobre a “profunda crise de humanidade” que experimentamos na atualidade, também expressa em termos teóricos por István Mészáros como crise estrutural do capital, colocando-a como um ponto de partida para o reconhecimento urgente da necessidade de buscarmos, recuperarmos, construirmos instrumentos, teóricos e políticos, que possibilitem a “...reabertura da história com sentido concretamente humanizador”<sup>3</sup>.

O que também passa pela análise e reflexão daqueles grupos de trabalhadores que fazem parte dos contingentes crescentes produzidos pelo desemprego estrutural. Homens e mulheres que experimentam situações de exclusão dos processos produtivos e, em grande parte, se reintegram a uma sociabilidade produzida por uma outra sociedade, a sociedade do crime, que, por vezes, vem à tona, e se (re)concilia com a sociedade formal instaurada pela ordem do capital.

A busca da totalidade histórica é o que permite à Maria Orlanda, como veremos, a superação do falso dilema entre a universalidade abstrata e o particularismo concreto, ou, entre o suposto totalitarismo de um pensamento totalizante e o particularismo de formas de representação singulares e distantes das origens das hierarquias criadas pelo sistema capitalista. O método fica indicado quando a professora reflete sobre os movimentos sociais particularistas e aqueles cuja centralidade é o trabalho e seu lugar na construção de uma sociedade de novo tipo - neste ponto também fica implícita a crítica àquele tipo de marxismo praticado sob a inspiração soviética, ou mais exatamente, stalinista.

Ou, em outro momento, quando deixa implícita a opção metodológica constituída na ontologia marxiana, presente na tradição lukacsiana, na qual se insere, e no repertório teórico-conceitual de seu autor de referência, István Mészáros, à medida que a autora de “Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica”, fala sobre um de seus trabalhos em andamento, o estudo sobre o protagonismo dos movimentos sociais, objetivando analisar e refletir o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra-MST, a partir da luta das mulheres que integram a Via Campesina, na construção da igualdade substantiva do gênero humano. Aí também fica patente uma ontologia dos movimentos sociais.

Nesta entrevista, a professora ainda abre uma perspectiva teórica, e também política, de considerar a capacidade desses sujeitos, os movimentos sociais latino-americanos, em construir um “internacionalismo autêntico e revolucionário”, a partir de um “nacionalismo de novo tipo”, que “...faz explodir profundas e insolventes contradições internas, históricas...” e que “...surge para cobrar injustiças antigas e contemporâneas...”; enfim, um nacionalismo que resulta “... da afinidade histórica da classe trabalhadora da América Latina”.

Algo que, para ela, deve estar acima de qualquer grande liderança – o que nos lembra Antonio Gramsci, que ainda em 1921, escrevia sobre a relação entre líderes e massas, partidos e massas, considerando que as massas só poderiam existir politicamente organizadas pelo intelectual orgânico coletivo <sup>4</sup>. Sobretudo quando Maria Orlanda afirma que é “preciso desatrelar a necessidade da ação revolucionária da liderança que atua acima das massas”, apontando para o futuro dos “projetos socialistas” experimentados na América Latina hoje.

Nesta entrevista, como em seus trabalhos, Maria Orlanda coloca o futuro da reflexão crítica para além daquela perspectiva dominante e hegemônica no Brasil contemporâneo, já conceituada por Francisco de Oliveira, em torno da qual se forma um “falso consenso sobre a prevalência de regimes democráticos” e desqualifica qualquer crítica segundo o igualmente falso argumento da “deslegitimação da democracia” <sup>5</sup>. Com isso, a professora assume como primeira tarefa a problematização do conceito e da prática dessa democracia “consensual e hegemônica” que se forma na justaposição, promovida pelo neoliberalismo, com o autoritarismo que marca a história brasileira.

***Frederico Daia Firmiano: Você vem atuando na edição brasileira da obra de István Mészáros desde a preparação dos originais do livro “Para além do capital”. Qual a importância desse autor na América Latina hoje? E como tem sido a recepção dele no Brasil?***

*Maria Orlanda Pinassi:* Primeiro eu quero falar um pouco da importância de István Mészáros na minha vida. Conheci Mészáros no início dos anos de 1980 por intermédio de um agrupamento político do qual eu fazia parte e que estudava [György] Lukács. Esse pequeno agrupamento, constituído em torno do professor de filosofia da velha Escola de Sociologia e Política de São Paulo - José Chasin -, foi o responsável, em primeira mão, pelo estudo e divulgação de suas idéias. Em função disso acabei entrando em contato com um dos mais instigantes textos de Mészáros chamado “A consciência de classe necessária e a consciência de classe contingente”, uma crítica a *História e Consciência de Classe*, de Lukács. Bom, em 1984 Mészáros vem ao Brasil a convite desse agrupamento político que, através da Editora Ensaio, passa a publicar algumas peças importantes da sua obra por aqui. Acho que foi em 1997 que Mészáros, de volta ao Brasil dessa vez para participar de um colóquio sobre o Lukács na Unicamp, trazia sob o braço o que pode ser considerado seu mais livro mais importante e mais radicalmente crítico, *Beyond Capital*, que tinha acabado de ser lançado na Inglaterra. Sua intenção era publicá-lo em língua portuguesa. Porque, se há algo que sempre mobilizou o Mészáros foi dirigir sua obra para o público marxista e militante da América Latina, fundamentalmente. A Ensaio já não existia, então, um grupo foi formado para viabilizar a empreitada. Ricardo Antunes, Ivana Jinkings, Sérgio Lessa, eu, e muitas outras pessoas de São Paulo e de outros estados topamos participar do projeto [de publicar o livro “Para Além do Capital”]. Saímos vendendo cotas do livro para amigos e militantes atuantes no campo da esquerda, muitos dos quais sequer o conheciam, mas acreditaram na grandeza da tarefa.

Todas essas pessoas, envolvidas direta e indiretamente no processo, foram imprescindíveis à viabilização da publicação. Somente quando, de fato, todos nós colocamos a mão na massa é que tivemos a dimensão verdadeira da responsabilidade que assumimos perante aquele que pode ser considerado o mais importante crítico marxista da atualidade. Eu, por exemplo, considero que o trabalho que desempenhei nisso tudo foi um dos mais difíceis da minha vida, mas foi também um divisor de águas fundamental. Diante da complexidade daquela obra de mais de mil páginas, tínhamos sérias dúvidas quanto à repercussão que teria (ou não) no Brasil. Preparávamos um trabalho dos mais difíceis, um trabalho de rara densidade conceitual, filosófica, e informações colhidas durante vinte e cinco anos de trabalho incessante. Surpreendentemente, desde a sua publicação, em 2002, a penetração, a aceitação desse livro vem acontecendo principalmente nos meios populares, nos movimentos sociais. É impressionante como esse livro tem sido lido, citado, recomendado, e eu acho que se isso acontece com um autor dessa envergadura é porque ele tem coisas sérias e muito importantes a serem ditas, principalmente para a América Latina, que é um dos lugares onde sua obra tem mais público.

***Frederico Daia Firmiano: Em seu último livro, “Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica”, você afirma que o período de expansão do capitalismo, no qual foram possíveis algumas conquistas para as classes trabalhadoras, se esgotou. Isso significa que qualquer luta “sindical”, ou econômico-corporativa, ou particularista, está derrotada a priori?***

*Maria Orlanda Pinassi:* Depois de tanto ler e estudar a obra do Mészáros, eu entendi que suas teses são bombásticas, são polêmicas e, principalmente, que são ferramentas fundamentais não só compreendermos, mas para intervirmos sobre o rumo das coisas tal como elas se dão hoje, tendo em vista a transição para o socialismo. Com base nessas suas teses fundamentais, resolvi enfrentar e analisar questões brasileiras e latino-americanas. Uma dessas questões remete ao que você me pergunta: em que medida as formas de luta tradicionais – sindical e político-partidária – se esgotaram ou não diante do quadro que nós temos hoje. Segundo Mészáros, o sindicato e o partido político, ao longo dos séculos XIX e XX, foram instrumentos constituídos para enfrentar a luta de classes no interior do capitalismo, mas nunca tiveram a proposta de ir para além do capital. Ou seja, foram formas de lutas defensivas e necessárias que ficaram no interior do próprio capital. A luta sindical é uma luta por melhoria das condições de trabalho e a político-partidária fica na esfera do parlamento, isso significa que são dimensões de enfrentamento na esfera do próprio capitalismo. Mas não são lutas que se esgotaram absolutamente, pois têm ainda um papel muito importante a cumprir. São formas de lutas contingentes que atuam na esfera dos direitos: direitos trabalhistas, das mulheres, dos negros, dos índios, dos homossexuais. Mas, a luta não se esgota e nem pode se esgotar aí. Porque há um quadro hoje no mundo e na América Latina extremamente grave, um quadro movido pelo desemprego estrutural, para o qual nem os sindicatos nem os partidos políticos conseguem dar conta. Por isso é que acho que hoje o MST, assim como vários outros movimentos sociais do Brasil e da América Latina – cito aqui o MTD (Movimento de Trabalhadores Desempregados), MAB (Movimento de Atingidos por Barragens), Movimentos de Trabalhadores das Fábricas Recuperadas, MTST (Movimentos de Trabalhadores Sem-Teto), MPA (Movimento de Produtores Agrícolas), Piqueteiros (Argentina), Zapatistas (México), Cocaleiros (Bolívia) entre muitos outros movimentos indígenas, camponeses, de trabalhadores dos mais diversos campos da produção de mercadorias – são movimentos que

congregam fundamentalmente trabalhadores desempregados e que hoje apresentam um potencial de luta muito grande. Mas não estão sozinhos. Têm que lutar junto com os sindicatos combativos e com os partidos políticos de esquerda que não se restringem à esfera da luta parlamentar.

***Frederico Daia Firmiano: E qual é o lugar desses outros movimentos particularistas dentro dessa luta pela construção do socialismo? Movimentos como dos homossexuais, das mulheres, dos negros, que não têm propriamente a questão do trabalho como central?***

*Maria Orlanda Pinassi:* Eu tendo a vê-los como movimentos com papel importante a cumprir. Porque na verdade eles vêm ocupar um espaço que, até os marcos de 1968, foi desprezado por setores hegemônicos da esquerda, que sempre trabalharam num plano macro da luta reservando para essas injustiças históricas um honroso segundo plano. Ora, sabemos muito bem que as relações hierárquicas de dominação, resultantes das mais profundas deformações estabelecidas historicamente pela sociabilidade humana, foram apropriadas e ampliadas pela sociabilidade burguesa, dentre as quais se intensifica a dominação sobre a mulher, os negros, os indígenas, as crianças e idosos, sobretudo aqueles pertencentes às classes trabalhadoras. Ou enfrentamos todas essas injustiças sociais no *aqui e agora*, transformando substantivamente os sujeitos revolucionários, os sujeitos da transição socialista, habilitando-os para vivenciarem experiências qualitativamente diferentes, mais humanistas, ou não vai haver nenhum tipo de transformação efetiva para a humanidade. O problema em relação a esses movimentos específicos que lutam por direitos, é que trocam seis por meia dúzia, pois criticam a luta mais universal desde um plano particular restritivo, esquecendo-se da necessidade de uma luta dialeticamente abrangente entre essas duas esferas de atuação. Eu acho que o Fórum Social Mundial reflete essas limitações. Trata-se de indivíduos que formam grupos que falam para seus próprios grupos, na maior parte das vezes achando que têm a razão histórica por exclusão de outros grupos que pensam da mesma forma. É a mesma lógica de fragmentação e sectarismo que vigora entre partidos de esquerda, com o agravante de que esses grupos não apontam para qualquer alternativa revolucionária. Muito pelo contrário, pois suas intenções são fundamentalmente inclusivas ao mundo do capital. Eu acho que, em larga medida, todas essas injustiças históricas são contempladas e potencializadas pelos movimentos sociais em massa cuja centralidade gira em torno da luta de classes. Cada movimento desses contempla em sua organização, a luta das mulheres, a luta dos negros, a luta dos indígenas que por ventura venham participar dele, mas rompendo com a autonomia fragmentária dessa dimensão restritiva e, em larga medida, despolitizada. Considero, por exemplo, que a questão dos negros é portadora de uma injustiça histórica que vem sendo reproduzida há séculos no Brasil, assim como acontece com os indígenas da América Latina. Mas hoje é preciso termos consciência de que não vai ser possível nem aos negros, nem aos índios voltarem a seu estado originário. A história não volta para trás, principalmente se considerarmos que essa história foi comandada capital e seu colossal poder de destruição. Os homens negros, desde o princípio da civilização burguesa, foram concebidos para serem sujeitos do trabalho submetido ao capital. Seja esse trabalho escravo, assalariado, degradado, o fato é que aos negros é reservado esse papel social na reprodução do sistema. Sua emancipação, portanto, não pode ser atingida com a ampliação simples da esfera do direito formal, abstrato; ela só pode ser alcançada com a erradicação das formas de exploração capitalista. O mesmo se pode dizer da maioria dos indígenas que hoje compõem movimentos sociais na América Latina, na medida em que passaram por seguidos processo de exploração capitalista e hoje são trabalhadores desempregados, sofrendo as mais abjetas seqüelas da indigência

social imposta pelo capital. São indígenas, sua causa específica, e são trabalhadores desempregados – sua causa contra o capital. Então, a qualidade dos movimentos que eles compõem é algo que não pode remeter somente à especificidade do seu ser indígena.

**Frederico Daia Firmiano:** É possível dizer que o governo Lula foi conservador? Isso no sentido de que quando se propõe políticas focalizadas, como as do governo Lula, está-se, na verdade, mantendo grupos crescentes em situação de informalidade, cujas fronteiras com a ilegalidade são muito tênues. Então, essas políticas sociais do governo do PT, como bolsa-família, por exemplo, se aproximam mais do controle social – e daí o conservadorismo – que, efetivamente, políticas de redução da desigualdade social. Além disso, a repressão parece fazer parte do cotidiano das classes subaturnizadas, desses sujeitos que são objetos dessas políticas sociais.

*Maria Orlanda Pinassi:* Não tenho dúvidas. O Lula conseguiu implantar importantes contra-reformas, revogando conquistas históricas da classe trabalhadora e de toda sociedade brasileira lavradas pela Constituinte de 1988: contra-reforma universitária, contra-reforma previdenciária, contra-reformas de toda natureza que presidentes anteriores, muito menos populares, tentaram e não conseguiram. Essas contra-reformas são um “tiro no pé” dos trabalhadores brasileiros, e a arte maior do lulismo é fazer isso praticamente sem dor, porque ele é um presidente com um índice de popularidade inquestionável entre a população mais pobre. Ao mesmo tempo existe um plano de crescimento da esfera dos direitos das mulheres, como a Lei Maria da Penha, e dos negros, que no plano da realidade perdem toda e qualquer efetividade. Veja-se, por exemplo, o que ocorre nos morros cariocas, em algumas áreas da periferia de São Paulo e outras grandes cidades: ao mesmo tempo em que se vê a ampliação da atuação das ONG’s, a aplicação de políticas de inclusão social para pobres, em geral negros, como cursos de capoeira, de balé, de música, não sei mais o que, as favelas são invadidas por aquelas horrendas “unidades pacificadoras”, cujas ações nada amáveis são absolutamente truculentas. Ou seja, a mesma esfera da população, não coincidentemente pobre e negra, beneficiada por políticas públicas e não-governamentais de inclusão social, é alvo da truculência policial, que nitidamente vem desempenhando uma política de extermínio contra ela. Essa dupla face das políticas de segurança pública - pacificação e truculência - não é aleatória. De alguma forma esse é o modelo de governabilidade popular-assistencialista de Lula e também dos Kirchner, de Michelle Bachelet e de Tabaré Vasques. Mas, o Lula aprimorou. Nenhum desses governos latino-americanos tem tanto carisma, carrega tanto essa força histórica popular que o Lula tem. Outro dia o Plínio de Arruda Sampaio falou uma coisa muito interessante: “se há um governo perverso na história brasileira foi o governo Lula”. Isso acontece porque ele usa de toda sua história, de toda penetração que tem nos movimentos sociais, para implementar uma política que, ao mesmo tempo que oferece bolsas (família, escola etc.) - cujos valores pífios levam a crer que aplacam para garantir a reprodução da miséria ampliada pelo capital - faz vista grossa para as muito reais políticas de extermínio. Parece que há um distanciamento, que na verdade não existe, entre as determinações do governo federal e as determinações dos governos estaduais. É como se o governo federal alisasse, passasse a mão na cabeça dos pobres e os governos estaduais fizessem a limpeza realmente necessária ao funcionamento do capital. Você vê isso no Rio de Janeiro, você vê isso no Rio Grande do Sul, em São Paulo. Você vê isso principalmente no falso conflito existente entre o pacificador Lula do PT e os governadores “tipo brucutu” do PSDB que estão perseguindo e eliminando os

focos de pobreza de algumas áreas vitais a implantação do PAC, da infraestrutura necessária a realização do PAN, da COPA, das Olimpíadas. Essa tramóia envolve a administração de grandes cidades brasileiras, sujeitas a uma voraz especulação imobiliária, com áreas de enorme potencial de valorização, como é o caso do Jardim Pantanal, em São Paulo, como é o caso de algumas gigantescas favelas – como o Complexo do Alemão no RJ. Os governos estaduais, amparados pela grande imprensa, estão fazendo bem a sua parte, promovendo a criminalização e uma perseguição implacável contra os movimentos sociais. É o caso, por exemplo, dos governos do RS, da Yeda Crusius, e do Pará contra o MST, do Mato Grosso que investem contra os índios que atrapalham o desempenho do agronegócio na região. Temos aí um quadro muito difícil para o cidadão médio conseguir relacionar. Pois é como se fossem coisas muito separadas. Por isso parece que o governo federal está sempre limpo diante dessa história. Esse foi o papel histórico do PT a vida inteira: limpar superficialmente a sujeira que se fez antes deles. No estado de São Paulo isso fica muito evidente: depois de sucessivos governos devassos, liderados pelos de Paulo Maluf, entram ora o governo de Erundina ora o de Marta Suplicy, que dão uma arrumadinha na casa para novos estragos serem feitos. Os governos do PT parecem ter a função histórica de empreender operações de faxina e de *band-aid*.

***Frederico Daia Firmiano: Hoje, diante do chamado desemprego estrutural e dos novos instrumentos de organização dos trabalhadores como os movimentos sociais, como pensar o conceito de lumpensinato?***

*Maria Orlanda Pinassi:* Acredito que esse seja um desafio no interior da obra do Marx, pois no período em que Marx teorizou a respeito, havia uma tendência ao crescimento da atividade industrial e ao emprego de um grande volume de trabalhadores. Então, o indivíduo que estivesse definitivamente fora do mercado de trabalho, sobrevivia exercendo atividades marginais. Na obra de Marx, esse indivíduo compunha o chamado lumpensinato, segmento negativo para a luta de classes. É a prostituta, o ladrão, os marginais mesmos da sociedade de classes. Agora, o que nós temos hoje é um quadro social muito diferente. Nós temos um quadro em que um imenso volume de pessoas está fora do mercado de trabalho e que não vai voltar a ele. Não vai voltar também para uma condição de empregabilidade, com direitos garantidos, com carteira assinada. Esses trabalhadores, por imposição do próprio mundo do trabalho urdido pelo capital na atualidade, vão, quando muito, sobreviver de “bicos”, de trabalhos informais e, nem por isso, podem ser considerados *lumpen*. Até porque a participação no processo da produção geral daqueles que apenas aparentemente estão fora do mundo do capital tem se ampliado também. Eles estão, portanto, sob o domínio do capital, como eu costumo dizer, legal, ilegal, do capital à princípio lícito, que vem à luz do dia, e do capital cada vez mais lucrativo do crime organizado. Por exemplo, como é que você poderia pensar hoje o trabalho dentro do tráfico de drogas, de armas, de vidas humanas? No meu livro eu menciono as atividades do crime e de toda uma divisão social do trabalho extremamente eficiente, de toda uma empregabilidade que nós, que estudamos o mundo do trabalho, não podemos desprezar. O crime emprega muita gente hoje. E, mais, hierarquiza como nunca a estrutura de produção e, em alguns casos, paga bem. Costumam dizer que a vida, no mundo do crime não vale muita coisa. Ora, a vida vale alguma coisa para quem está desta dimensão do trabalho? Dentro ou fora do crime organizado a vida não vale absolutamente nada para o capital. É como se todo um submundo de atividades “condenáveis” que subsistiram necessariamente na base do mundo do capital viessem à tona, algo que torna muito difícil essa separação entre o que é capital legal e o que é capital ilegal.

**Frederico Daia Firmiano: Você diz em seu livro que o capital desemprega pela porta da frente e reemprega pela porta dos fundos. Eu queria que você explicasse esse mecanismo que tem implicações muito importantes tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista político.**

*Maria Orlanda Pinassi:* Sim, exatamente. Emprega pelas portas dos fundos, sem oferecer quaisquer direitos ou garantias para o trabalhador que precisa submeter-se a isso. É um mundo aparentemente distante do mundo enfrentado por Marx no século XIX. Então, pergunto: será que podemos considerar lumpen mesmo esse pessoal, a base da produção do crime organizado? Eu acho que existe mesmo, e eu diria que o lumpensinato, esse elemento de negatividade para o desenvolvimento da luta de classes, esse elemento, cuja subjetividade está inexoravelmente destruída pelas deformações e desvalores nutridos e necessários à reprodução da atual sociabilidade burguesa, está muito mais disseminado do que jamais esteve em qualquer outra época de vigência do capitalismo. E, sobre isso, considero um problema pensar em uma - como eu poderia dizer? - ressocialização. Porque o mundo do capital só pode ressocializar para a reprodução da ordem de destruição e autodestruição da humanidade. Que contrapartida humanizadora o mundo do capital tem para oferecer para a ressocialização de um indivíduo que estuprou, matou, traficou? Nenhuma. Por tal caminho, ele vai continuar estuprando, matando, traficando. Então, é isso, vivemos hoje nos limites absolutos desse processo histórico. O capital não tem mais contrapartida minimamente civilizatória, humana, para oferecer. Ou a humanidade aponta para uma alternativa radical para tudo isso ou será muito difícil sequer pensar em futuro.

**Frederico Daia Firmiano: O que também se manifesta nos casos de superexploração do trabalho. Alguns autores falam de um retorno a formas primitivas de acumulação. Isso também é falacioso?**

*Maria Orlanda Pinassi:* É falacioso até por que as origens e desenvolvimento da primeira Revolução Industrial constituem o ponto de partida de todo um processo histórico. Ou seja, a superexploração, as exaustivas jornadas de trabalho, a ausência de direitos, de organizações sindicais, de luta e de amparo aos trabalhadores, aquilo tudo era o princípio do processo. Hoje nós estamos no ponto de chegada e nossa memória, se não nos falha, deve se lembrar de que, mediante muitas e encarniçadas lutas, os trabalhadores avançaram sensivelmente a esfera da luta de classes e conquistaram direitos que o capital vem surrupiando, inclusive com a ampla ajuda de não inexpressiva parcela da classe trabalhadora que se aboletou e enriqueceu no poder dos organismos e contribuições sindicais. O capital subtrai o trabalho regulamentado e precariza de modo absoluto o único meio pelo qual os indivíduos não proprietários têm de sobreviver no mundo do trabalho, que é o [próprio] trabalho. Eu acho que esse é o limite intransponível no mundo do capital, algo que nos coloca claramente que, se a tendência é a intensificação disso tudo, não há qualquer chance de retorno a alguma situação favorável.

**Frederico Daia Firmiano: Você tem trabalhado também a perspectiva do surgimento de movimentos nacionalistas, de um novo nacionalismo. Eu queria que falasse sobre isso e em que se distingue daquele “velho” nacionalismo.**



*Maria Orlanda Pinassi:* Aquele nacionalismo tradicional, forjado nos domínios de reprodução da ordem societária do capital, e que muito equivocadamente foi bandeira de luta de expressivos segmentos da esquerda brasileira e latino-americana, ainda está muito ativo. Como eu costumo dizer, são nacionalismos por exclusão que funcionam mais ou menos assim: os interesses nacionais do Brasil contra os da Argentina, da Bolívia, enfim, contra os interesses nacionais de qualquer outro país. São os nichos de proteção formados em torno de um determinado país, pensando-se, fundamentalmente, no desenvolvimento econômico, político, cultural. O que importa é manter-se o mais agressivamente possível na disputa pelo poder no mercado. Isso significa exercer – ou pretender exercer – hegemonia sobre as demais nações. Esse nacionalismo se desenvolve em torno da correlação de forças controladas pela esfera do capital, base de sustentação ideológica do desenvolvimento desigual e combinado de que tanto trataram Marx e Engels. Este é o nacional que predomina cada vez mais fortemente no mundo de hoje, fomentado de modo magnífico pelos ideólogos da globalização e das “relações internacionais”. No entanto, nenhuma retórica pós-moderna foi capaz até agora de mudar a situação cada vez mais inferiorizada dos países periféricos. Pois, por mais que falem de igualdade dentro do mundo global, internacional, que o Brasil, por exemplo, seja hoje um país que desponta como potência internacional, continuamos a ser um país de segunda classe. Veja, por exemplo, como as transnacionais vêm agindo por aqui, tomando de assalto nossas reservas naturais, nossas empresas, impondo a regressividade da monocultura, da agroexportação de manufaturados, relações de trabalho análogas à escravidão. O que é isso, a não ser uma clara reconfiguração colonial? E, pelo visto, não vamos conseguir superar isso. Pois esse é um nacional que não pode ser adotado pelos trabalhadores e pelos movimentos populares, sob o risco de darem “tiros no próprio pé”. Tomando por base algumas experiências latino-americanas, vejo que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra no Brasil, por exemplo, é um movimento que luta pela reforma agrária, uma bandeira que, como o próprio nome diz, é reformista. Mas essa palavra tem uma força histórica no Brasil, em função de que jamais deixou de ser um país de latifúndios, de profunda concentração de terras nas mãos de poucos. Hoje, continuam a predominar as grandes propriedades exploradas por um grupo cada vez mais reduzido de pessoas; o que mudou é que essas terras, ao contrário do que as caracterizava até pouco tempo atrás, são altamente produtivas. A concentração das terras no Brasil é hoje ainda mais intensa do que foi no passado e, pior, a concentração está migrando cada vez mais para as mãos de grupos estrangeiros, das transnacionais que invadem o Brasil. Isso quer dizer que a luta pela reforma agrária foi se tornando ao longo da história cada vez mais atual, mais explosiva, mais necessária. Porque, hoje, lutar pela terra no Brasil é lutar contra o agronegócio, contra as transnacionais, é lutar pela preservação ambiental, é lutar contra a aliança espúria que o capital nacional faz com grupos estrangeiros que tomam de assalto e instrumentalizam para fins de mercado todo o patrimônio natural do país. Nessa medida, a reforma agrária é premeida fica cada vez mais pela luta de classes no país, razão pela qual o MST tem uma atualidade incrível. Não é à toa que, em 2009, após uma exaustiva jornada de lutas centradas na exigência de atualização dos índices de produtividade das propriedades rurais no Brasil, a MST foi alvo das críticas mais reacionárias por parte de parlamentares do DEM, com destaque para Ronaldo Caiado e Kátia Abreu, que exigiram a abertura de uma CPI contra o movimento. Nisso, portanto, eu estou em completo desacordo com estudiosos históricos da questão, como José de Souza Martins, por exemplo, que vêm questionando a pertinência desse tipo de organização dita “camponesa”. Se assim fosse os demônios não ficariam tão incomodados com as ações e reivindicações do MST. Esse também é o caso, por exemplo, da luta de alguns grupos indígenas na América Latina que apesar de carregarem ca-

racterísticas tradicionais, sofreram todo um processo de exploração pelo capital. A luta pelo resgate de sua cultura, melhor, do seu ser indígena, do seu lugar no mundo, tanto quanto a velha bandeira de luta pela reforma agrária, ensejam movimentos com características históricas muito fortes, no sentido de que surgem em países de extração colonial e que a cada novo padrão de acumulação do capital, renovam sua condição de colonialidade na lógica do desenvolvimento desigual e combinado do capital. Ora, por sua autenticidade e potencial explosivo muito grande, essas duas dimensões históricas dos movimentos sociais de massas da América Latina vêm repor velhas dívidas históricas, a formação de um nacionalismo absolutamente contrário àquela apologia do nacionalismo constituído pelas regras do grande mercado mundial. Trata-se de um nacionalismo que faz explodir profundas e insolventes contradições internas, históricas, uma noção de nacional não por exclusão, mas por afinidade histórica. Penso, enfim, que um nacionalismo que surge para cobrar injustiças antigas e contemporâneas - um nacionalismo que resulte da afinidade histórica da classe trabalhadora da América Latina é que pode constituir um internacionalismo autêntico e revolucionário.

***Frederico Daia Firmiano: É possível pensar, então, uma integração dos povos para além da constituição de mercados? Pois, até agora tem-se pensado, predominantemente, a integração latino-americana a partir de mercados, como o MERCOSUL, a ALBA.***

*Maria Orlanda Pinassi:* Absolutamente sim. E penso que isso tem sido frequentemente buscado. São vários os encontros de movimentos sociais pela América Latina. Por exemplo, encontros que aconteceram na Bolívia, no Paraguai, na Venezuela, encontros que não costumam aparecer nos telejornais, nem na grande imprensa escrita, mas que reúnem uma quantidade imensa de integrantes de movimentos sociais de todo o continente. Penso, então, que se há algum internacionalismo autêntico e anticapitalista em formação ele tem que ser constituído para além do mercado. E mais: esse internacionalismo tem que extrapolar o mundo latino-americano, tem que encontrar afinidades históricas os movimentos que se manifestam na África, na Ásia, no Oriente Médio. É preciso estabelecer um canal de comunicação mais aberto e mais claramente definido em torno da luta de classes, porque o internacionalismo não pode reduzir-se às especificidades latino-americanas, mesmo porque a exploração encetada pelo capital foi e continua sendo praticada em escala planetária.

***Frederico Daia Firmiano: E fora do âmbito institucional, estatal.***

*Maria Orlanda Pinassi:* Completamente fora do âmbito institucional. Essa é uma questão muito forte para mim. Eu vejo que há uma esfera do institucional que deve ser preservada, como aquela do sindicato combativo e do partido político anticapitalista, dos direitos humanos e dos direitos da classe trabalhadora. Mas, acho também que os movimentos sociais têm que ter uma atuação absolutamente distanciada de qualquer tentáculo institucional, pois essa é a grande ameaça que paira sobre eles nos dias de hoje, já que a válvula da institucionalidade é um instrumento que tende a neutralizar todo o potencial ofensivo desses movimentos. Esse é o risco do MST ser engolido pelo lulismo no Brasil e é o risco dos piqueteiros na Argentina dos Kirchner's, só para citar dois dos mais importantes movimentos da América Latina.

***Frederico Daia Firmiano: Até onde você acredita que Hugo Chávez, por***

**exemplo, é expressão de uma vontade nacional-popular venezuelana e até onde a Revolução Bolivariana consegue chegar sem a figura do Hugo Chávez?**

*Maria Orlanda Pinassi:* Infelizmente, ainda, esses grandes projetos socialistas estão atrelados a uma grande figura, uma grande liderança. Isso é histórico na América Latina. Não só aqui, mas em qualquer lugar do mundo. É preciso desatrelar a necessidade da ação revolucionária da liderança que atua acima das massas. Um verdadeiro projeto socialista não pode depender dos humores de uma grande figura. Tendo a crer que essas lideranças são necessárias, desde que atuem juntamente com a massa. Até prova em contrário, parece-me que seja essa a tendência de Hugo Chávez e de Evo Morales que têm aberto a máquina do Estado para o desenvolvimento das organizações populares na Venezuela e a Bolívia.

***Frederico Daia Firmiano:* Atualmente você realiza pesquisa sobre o protagonismo dos movimentos sociais, com o objetivo de analisar e refletir o MST, mediante a luta das mulheres da Via Campesina. Eu gostaria que você falasse um pouco sobre esse trabalho.**

*Maria Orlanda Pinassi:* Olha, essa minha atual linha de trabalho vem muito indiretamente. Eu nunca fiz um estudo aprofundado sobre o feminismo, até porque o feminismo tal como foi prioritariamente tratado está dentro daquela esfera de lutas segmentadas. E eu, realmente, nunca me senti nem um pouco atraída por esse tipo de análise. Eu comecei a ficar mais atenta a isso partir da leitura do quinto capítulo do “Para Além do Capital” onde Mézáros fala dos limites absolutos do sistema sociometabólico do capital, de explosão de todos os aspectos da crise estrutural. É um capítulo imenso, ele tem em torno de 100 páginas, uma longa análise da atualidade no interior da qual discorre acerca do papel imprescindível que a luta das mulheres desempenha. Ele vai dizer que a luta pela igualdade, não a igualdade formal da esfera dos direitos, mas a luta pela igualdade substantiva aponta para os limites do próprio capital. Isso quer dizer que o capital não vai poder jamais atender a essa reivindicação das mulheres pela igualdade substantiva, a igualdade do gênero humano. Mas, que igualdade é essa? A igualdade substantiva, que remete à igualdade verdadeiramente ontológica entre homens e mulheres, não pode ser estabelecida em relações hierárquicas, em disputas pelo poder. Por isso Mézáros considera que o mundo do capital não poderá realizá-la. Consequentemente, até onde eu tenho observado, são as mulheres, sobretudo as militantes dos movimentos sociais de massas, de base classista, quem realmente está trazendo esses limites de modo muito claro. Então, como eu disse, a minha inserção nesse processo todo veio de forma muito indireta, quando um grupo de mulheres da Via Campesina do Rio Grande do Sul me convidou para dar um curso sobre os cinco primeiros capítulos do “Para Além do Capital”. Essa foi uma experiência muito incrível porque eu me vi diante de mulheres de movimentos, de movimentos sociais com um grau de consciência de classe que eu não achava possível. A lucidez que elas têm em relação ao movimento e ao próprio quadro sócio-histórico no qual estão inseridas é realmente uma coisa fantástica. Tudo aquilo que a gente espera encontrar dentro de um partido político, de toda a rigidez político-partidária, as suas leituras, eu encontrei com essas mulheres e sua criativa forma de desafiar o capital. Então, diante dessa experiência eu senti que era necessário me aprofundar mais no universo dessas mulheres e nas formas de atuação que constroem dentro e fora do movimento. Por que, ao me parece, trata-se de atuação que impõe, tanto para o interior do movimento quanto para fora, uma qualidade até então inédita. Por exemplo, suas ações no 8 de março, desde 2006, o enfren-

tamento corajoso, audacioso que criam, por iniciativa própria, para desafiar o mundo do capital, das transnacionais, que atuam no mundo agrícola brasileiro, é uma coisa muito nova. O movimento [MST], de alguma forma, nunca de fato fez isso. O movimento faz marchas, ocupa prédios públicos, fazendas e terra improdutivas. É um movimento reivindicativo. Mas o que elas começaram a fazer a partir de 2006, com aquelas ações relâmpago, na Aracruz, na Monsanto, na Cosan, não são movimentos reivindicativos. São movimentos de denúncia. É denúncia para dizer: “Olha, essas empresas transnacionais impõem, ao Brasil e ao mundo, a erradicação da agricultura de alimentos pelo imperativo da monocultura, transgenia, agrotóxicos”. Ou seja, uma série de aspectos que são de extrema gravidade para a sobrevivência da espécie humana: ocupação cada vez maior de terra com o plantio de eucalipto (celulose), de cana (etanol), de soja (ração para gado) e laranja (suco). Então, quinhentas, seiscentas mulheres se colocam de modo imperativo diante de um gigante dizendo o seguinte: “Olha, nós, mulheres trabalhadoras, do campo e da cidade, estamos aqui atentas ao domínio nefasto de suas políticas e práticas econômicas”. E elas estão mostrando tudo isso para o Brasil e para o mundo. Agora, o grande problema é que isso esbarra em toda a grande e pequena imprensa que as criminaliza, por que a mulher, quando luta na esfera dos direitos é considerada uma grande mulher. Agora, quando ela afronta o capital que destrói a humanidade inteira ela é uma bandida, está cometendo atos de vandalismo contra a propriedade privada. Ora, essa luta delas no [dia] 8 de março é uma luta pela vida e pela soberania alimentar: “Se o campo não planta a cidade não janta”. É uma coisa simples, mas que é de uma verdade absoluta. Não é uma luta camponesa. É uma luta cuja radicalidade vem da sua ousadia de enfrentar a tendência do capital no mundo latino-americano e no mundo inteiro. Em que medida esse grau de consciência de classe, esse grau de consciência do próprio mundo do capital, essas ações que elas próprias organizam, se reflete no plano interno do movimento? Como isso modifica, ou vai modificando a sociabilidade interna do movimento? É aquilo que a gente estava falando no início da nossa conversa: se você não muda qualitativamente a condição interna do sujeito da transição, você não tem uma transição qualitativa, autêntica. Então, se você posterga a solução dos problemas próprios da subjetividade do sujeito revolucionário para depois da revolução, muito possivelmente o processo de construção de uma sociedade baseada na igualdade substantiva tenderá ao fracasso. É preciso enfrentar isso tudo no aqui e no agora. É um pouco esse papel que me parece que essas mulheres vêm desempenhando no interior dos movimentos aos quais pertencem, seja o MST, o MAB, o MTD, MPA, MMC. Por essas razões é que considero uma mudança qualitativa o que elas impuseram dentro do movimento, o que é genial e muito interessante. Eu acho que todas essas questões têm que ser repensadas, têm que ser pensadas a partir e para além do universo da especificidade do fato de elas serem mulheres. Em geral, os movimentos feministas vêem a mulher como o ponto de partida e o ponto de chegada. E eu acho que esse não o caminho certo e eu estou seguindo um caminho diferente. Esse é ponto de partida. Mas não é o ponto de chegada. O ponto de partida é a especificidade das mulheres, mas o ponto de chegada é a igualdade substantiva do gênero, que é o gênero humano.

**Frederico Daia Firmiano: Você é do Conselho de Coordenação da Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes que, entre outros objetivos, promove campanhas para a manutenção da Escola. Eu gostaria que você falasse sobre a associação e sobre a importância da ENFF num processo de integração dos povos e movimentos latino-americanos.**

*Maria Orlanda Pinassi:* Essa Associação foi criada exatamente com o objetivo de manter o funcionamento da Escola Nacional, que este ano completa seis anos de funcionamento. É uma Escola que vem cumprindo papel de formação fundamental não somente dos militantes do Movimento Sem Terra. Ao longo desses anos, a ENFF realiza um chamado Curso Latino, que integra de 80 a 90 militantes de movimentos sociais de toda a América Latina que ficam na Escola durante três, quatro meses, tendo atividades em tempo integral. A Escola vem dando cursos de toda natureza, inclusive cursos superiores, dentre os quais, Geografia e Pedagogia da Terra. A Escola foi construída com o trabalho dos próprios militantes do MST que, através de brigadas formadas em todo o país, levantaram uma edificação concebida pela bio-arquitetura. Desde que foi inaugurada passou a ter atividades muito intensas. A maior parte dos professores que atuam nas mais diferentes áreas do conhecimento, trabalham como colaboradores da ENFF. E, diga-se de passagem, que para manter todas suas atividades em frente ela tem uma despesa mensal da ordem de R\$ 100 mil. Nos últimos tempos, em função da criminalização que se abate sobre o MST, promovida pela mídia sob o comando do grande capital nacional e transnacional no Brasil, a Escola Nacional acabou perdendo parte considerável dos recursos. Essa iniciativa da AAENFF partiu de alguns colaboradores da Escola; nós não somos do MST. Queremos mantê-la funcionando e, conseqüentemente, manter nossas mais legítimas atividades educacionais em marcha, algo que temos conseguido realizar ali. Por isso, a AAENFF convoca os verdadeiros apoiadores da Escola a contribuírem com alguma quantia mensal; além disso, promove eventos, cursos e visitas periódicas à Escola, que se destinam a mantê-la viva. Aproveito a oportunidade para divulgar o nosso endereço eletrônico para os que tiverem interesse em engrossar esse crescente grupo de apoiadores da ENFF: [associação@amigosenff.org.br](mailto:associação@amigosenff.org.br)

**Frederico Daia Firmiano: Nós vivemos um tempo de resistência ou vivemos um tempo de revolução?**

*Maria Orlanda Pinassi:* Eu acho que é um tempo muito difícil, pois estamos diante de um quadro desconcertantemente avassalador. O capital está, muito mais rapidamente do que a nossa percepção pode apreender a respeito, destruindo tudo pela frente: as relações de trabalho, o meio ambiente, as relações afetivas. Ou seja, todas as dimensões da vida humana estão sendo profundamente afetadas por essa ganância do capital. Obviamente que nós estamos vendo focos de resistência, mas acho que ainda estamos muito aquém de algo capaz de esboçar um enfrentamento verdadeiramente ameaçador a essa tendência hoje em voga. Trata-se, como vimos, de focos de resistência que eclodem aqui no Brasil, focos de resistência rural, urbana. Focos de resistência de trabalhadores ocupados, desocupados em toda a América Latina. Mas estamos diante de um quadro em que, infelizmente, as esquerdas permanecem ou muito fragmentadas ou muito pragmáticas. Por exemplo, o próprio João Pedro Stédile [da Direção Nacional do MST] concitando o movimento a votar na Dilma Rousseff a fim de evitar uma possível vitória de José Serra. Ora, eu acho que é justo que ele, como cidadão, declare seu voto, mas não como liderança de um movimento, cujos militantes devem ter

autonomia para escolher seu candidato. Além disso, existem alternativas no quadro político partidário que têm muito mais ligação com a história dos movimentos sociais no Brasil do que a Dilma Rousseff. Esse quadro brasileiro me preocupa bastante, porque estamos muito aquém de uma aliança, de um bloco que realmente possa trazer qualquer tipo de alternativa mais profunda e abrangente ao quadro em que vivemos. Estamos diante de um cenário esfacelado e desencantado com a política parlamentar. Na Universidade, por exemplo, quem está discutindo isso? Não estamos discutindo nem o quadro eleitoral, muito menos os problemas sociais da América Latina. Nas universidades públicas a única coisa que se discute são políticas de financiamento de pesquisa, a produtividade dos professores, a inserção dos alunos em universos de estudo cada vez mais microcósmicos. Agora, se as mais questões candentes e necessárias da atualidade não estão sendo discutidas dentro da universidade, compete a nós, que ainda temos alguma lucidez e criticidade em relação a tudo isso, começarmos a trabalhar em torno de um amplo e urgente debate a respeito. Penso que se essa é uma luta individual, uma luta interna que travamos todos os dias das nossas vidas, essa consciência crítica que desenvolvemos sobre o mundo tem que extrapolar a esfera da teoria para materializar-se de alguma forma. E a nossa inserção nos movimentos sociais, a nossa voz e a nossa caneta ainda constituem poderosas armas de intervenção revolucionária.

### **Notas**

<sup>1</sup> GRÜNER, Eduardo. Leituras Culpadas. Marx(ismos) e a práxis do conhecimento. In.: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Orgs.). A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2006. p. 130.

<sup>2</sup> PINASSI, Maria Orlanda. Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica. – São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do trabalho). p. 11.

<sup>3</sup> Idem, p. 13.

<sup>4</sup> Em 1921 Antonio Gramsci publica três artigos nos quais discute a relação entre os líderes, as massas e os partidos. São eles: “Os líderes e as massas”, de 3 de julho; Os partidos e a massa, de 25 de setembro; e As massas e os líderes, de 30 de outubro. Em 1924 o pensador italiano escreve “Lênin, líder revolucionário”, primeiro publicado em *L’Ordine Nuovo*, terceira série, em 1º de março, por ocasião da morte do revolucionário russo, sob o título “Líder”; mais tarde o texto é republicado em *L’Unità*, em 6 de novembro, com o título aqui utilizado. Todos esses textos encontram-se reunidos em GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos*. Vol. 2. [organizador e tradutor Carlos Nelson Coutinho]. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

<sup>5</sup> Ver OLIVEIRA, Francisco. Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.